

Médicos querem suspender contrato

■ O aviso foi encaminhado a 78 convênios de saúde que não aceitam o índice proposto

Jamil Bittar

Os contratos de inúmeras empresas de medicina de grupo, que se recusam a pagar os médicos de acordo com a tabela da Associação Médica Brasileira, poderão ser cancelados em 30 dias. O aviso foi encaminhado ontem aos cerca de 78 planos de saúde — entre eles, Golden Cross, Amil e Blue Life —, que não concordaram com os novos preços, pelo Sindicato dos Médicos do Distrito Federal, Associação Médica de Brasília e Associação Médica dos Hospitais Privados.

Há 23 dias, os médicos suspenderam o atendimento aos usuários de planos de saúde. Consultas e cirurgias só estão sendo realizadas mediante pagamento dos honorários, com base na tabela.

Os médicos decidiram radicalizar o movimento, em assembleia realizada na quarta-feira à noite. Pelo coeficiente de 0,21 URV, estipulado pela associação, uma consulta custaria hoje cerca de Cr\$ 27 mil. Os grupos de medicina privada querem pagar apenas Cr\$ 13 mil.

Com os contratos encerrados — o que poderá acontecer a partir de



Veras: empresa cobra muito de conveniado e paga mal aos médicos

26 de junho, 30 dias após o recebimento da comunicação pelas empresas — o usuário terá que pagar consultas particulares, que hoje custam aproximadamente Cr\$ 80 mil, explica o diretor dos Sindicato

dos Médicos, Lucas Cardoso Veras. Ela afirma que, empresas como a Golden Cross ou Amil cobram cerca de Cr\$ 400 mil para atender uma família, mas se negam a pagar Cr\$ 27 mil aos médicos.

Acordos — A concordância de 42 pequenos convênios em pagar as taxas da associação é a principal arma utilizada pelas entidades médicas. “Se os pequenos, a exemplo dos convênios de saúde do Tribunal Regional Federal, do Senado, da Câmara Federal e da Assembleia Legislativa, podem pagar, por que os grandes se recusam a aceitar a tabela?”, questiona Lucas Cardoso.

As empresas ainda não atenderam à reivindicação dos médicos, mas têm ressarcido rapidamente os usuários que pagaram pelo atendimento. O Procon registrou apenas dez reclamações contra convênios. A diretora da entidade, Maria das Dores Sá Teles, acredita que os poucos casos refletem a preocupação das empresas em ressarcir o consumidor imediatamente.

A Blue Life tentou ressarcir o consumidor sem correção. O usuário não aceitou a oferta e procurou o Procon. Após uma conversa, os representantes da empresa em Brasília pediram a Dores Sá um prazo de dez dias para consultar a matriz.